

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**

TERCEIRA SECRETARIA
Diretoria Legislativa
Divisão de Taquigrafia e Apoio ao Plenário
Setor de Taquigrafia



4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 49ª
(QUADRAGÉSIMA NONA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 1º DE JUNHO DE 2022

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Está aberta a sessão ordinária de quarta-feira, 1º de junho de 2022, às 15h12min.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido por mim.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Sobre a mesa, a seguinte ata de sessão anterior:

- Ata da 48ª Sessão Ordinária, de 31 de maio de 2022.

Não havendo objeção do Plenário, esta Presidência dispensa a leitura e dá por aprovada sem observações a ata mencionada.

São 15h16min30seg. Estando presente apenas este Deputado, convido os demais Deputados a comparecerem ao plenário para que possamos iniciar os nossos debates e, em seguida, as votações.

Suspendo a sessão por até trinta minutos ou até o momento em que se complete o *quorum*.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 15h16min, a sessão é reaberta às 15h29min.)

(Assume a Presidência o Deputado Prof. Reginaldo Veras.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Está reaberta a sessão.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante Lula da Silva.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA (Bloco Democracia e Resistência. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu fiz uma visita no dia de hoje, com o pessoal do sindicato dos trabalhadores do SLU – Serviço de Limpeza Urbana, dos trabalhadores da limpeza pública do Distrito Federal, à usina de tratamento de lixo lá no Setor P Sul.

É estarrecedora a situação dos trabalhadores lá, Deputada Arlete Sampaio. Eu nunca vi um negócio tão tenebroso como aquele local de trabalho. É grave a situação que aqueles trabalhadores estão atravessando ali. E o mais grave é saber que o SLU colabora para precarizar ainda mais a situação daqueles trabalhadores.

Quero dizer às senhoras e aos senhores que estão assistindo a nós por meio da *TV Câmara Distrital* que há trabalhador naquela usina, Presidente Deputado Prof. Reginaldo Veras, que está ganhando 1.180 reais no meio do lixo, sem os equipamentos de proteção individual e sem – o que é mais grave – insalubridade, porque o SLU aceitou uma licitação em que a insalubridade deles, que era no grau máximo de 40%, caiu para 20% do salário mínimo. Eu voltei de lá realmente indignado com tudo o que eu vi sobre a situação daqueles trabalhadores e daquelas trabalhadoras.

Já marquei uma reunião para segunda-feira. Eu pedi uma audiência ao Conselheiro Inácio Magalhães do Tribunal de Contas do Distrito Federal. Nós vamos levar para o Dr. Inácio, que é um conselheiro de bom senso, uma reclamação com relação a essa licitação do SLU que cortou a insalubridade do grau máximo que eles tinham, bem como a situação do tíquete-alimentação. Há trabalhador lá ganhando tíquete de mil reais, enquanto outro, ao lado, tíquete de 400 reais. Há gente dirigindo carreta ganhando 1.800 reais; pessoa dirigindo uma carreta para ganhar 1.400 reais. Portanto, é realmente grave, muito grave, a situação vivida por aqueles trabalhadores.

Estive lá com o Cláudio, com o Nonato, com outros diretores e diretoras do sindicato do pessoal que trabalha na limpeza urbana, e nós vamos dar um jeito naquilo, porque aqueles trabalhadores não podem continuar sendo explorados do jeito que estão.

O segundo ponto que quero abordar no dia de hoje trata de mais uma falácia do capitão Jair capiroto. Enquanto estamos com a situação do pessoal lá no Nordeste brasileiro com mais de cem mortos pelas chuvas, ele foi lá, deu um sobrevoo e não desceu para ver a situação do povo. Agora, para falar para o gado que o segue, ele resolve comprar uma briga com a *TV Globo*, dizendo que não vai renovar a concessão dela.

Primeiro, quero dizer que não é o capitão capiroto que renova concessão de televisão. A concessão de televisão, Deputado Prof. Reginaldo Veras, é concedida ou não, é renovada ou não, pelo Congresso Nacional. Se a concessionária cumpriu todas as normas – e acredito que a *Globo* cumpriu todas as normas –, o Congresso é obrigado a renovar. Se ele não renovar, a concessionária, no caso a *Globo*, vai ao Supremo Tribunal Federal e garante isso.

Portanto, essa é mais uma patuscada do capitão capiroto no sentido de levar ao seu gado, que é desinformado, o discurso de que pode cassar a concessão de uma televisão. Ele não pode. Tanto a concessão de rádios comunitárias, como a de todas as rádios, bem como canais de televisão, quem renova efetivamente é o Congresso Nacional. É ele quem autoriza o funcionamento.

Está na hora de o capitão capiroto parar de mentir para a nação brasileira, porque a gente não suporta mais essa mentirada.

Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Obrigado, Deputado Chico Vigilante.

Convido para fazer uso da palavra, pelos Comunicados de Líderes, nosso mestre, Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (Bloco Força do Trabalho. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Prof. Reginaldo Veras; Sras. Deputadas; Srs. Deputados, eu estive, Deputado Chico Vigilante, aprendendo com V.Exa. e com o Deputado Reginaldo, e ontem eu visitei nove escolas em São Sebastião, escolas em que eu tinha colocado verba do PDAF – Programa de Descentralização Financeira e Orçamentária. Fui lá ver como é que ficaram as reformas, as adaptações que foram feitas.

Eu estive no CED – Centro Educacional São José, com a diretora Aline e a Mara. Estive na EC – Escola Classe Agrovila, que é a mais antiga de São Sebastião, com a Marislene e com a Elisângela. Estive na Escola Classe Cerâmica da Benção, com a Alessandra e a Graziela. Estive, também, na EC Dom Bosco e no CAIC – Centro de Atenção Integral à Criança, com a Geíse e a Vitória. Estivemos no Centrinho, com a Cleide e a Tati, que são a diretora e a vice-diretora respectivamente; no Centrão, que é o CEM – Centro de Ensino Médio 1, com o Tiago e com a coordenadora Gisele; no CED São

Bartolomeu, com Roni e Luciana; e também no CEF – Centro de Ensino Fundamental Miguel Arcanjo, com o diretor Rafael e com o Valdemar.

As escolas, a maioria delas, Deputado Prof. Reginaldo Veras, tendo em vista terem recebido verbas do PDAF – uma grande lei de iniciativa nossa aqui, na Câmara Legislativa –, todas muito bem arrumadas, bem cuidadas. Há alguns pequenos problemas, como é natural, porque existem escolas com mais de 30 anos, mas a maior preocupação hoje é com as séries finais, Deputado Prof. Reginaldo Veras, com o problema de evasão de alunos.

É necessário criarmos programas do tipo Jovem Aprendiz Musical para manter os garotos das séries finais, que estão na fase mais difícil da adolescência, porque, geralmente, para os garotos, depois dessa pandemia, o retorno para a escola, depois de quase dois anos sem aula presencial, foi muito difícil. Então, têm que se criar alguns incentivos e estímulos para que esses alunos voltem a se integrar à escola.

O Miguel Arcanjo é vizinho à Vila Olímpica em São Sebastião. Então, estuda-se o programa de incluir o turno integral. Os alunos vão estudar pela manhã e, à tarde, vão fazer uma atividade física na Vila Olímpica, integrada com o monitor, de maneira que a gente ocupe a cabeça desses jovens e dê estímulo aos que têm talento para tocar um instrumento, para cantar. Que eles possam se envolver nesse processo estudando, o que é o mais importante.

Essa visita a São Sebastião foi muito proveitosa. Estivemos lá, também, para bater na mesma tecla, a grande reivindicação: a continuidade do asfalto do Morro da Cruz. A NOVACAP – Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil já fez a licitação. Nós precisamos começar o mais rápido possível. Já solicitei isso ao Deputado Rafael Prudente, ao governador, já estive despachando pedindo urgência para que a gente termine, Deputado Prof. Reginaldo Veras, aquele asfaltamento da avenida principal do Morro da Cruz.

Hoje nós temos mais de 2 mil alunos, e a criação de uma escola no Morro da Cruz... porque nós temos mais de 2 mil alunos pulverizados em todas as escolas de São Sebastião, e há grande dificuldade de mobilidade. Na época de chuva, os ônibus atolam por causa da lama, e, na época de seca, ninguém aguenta tanta poeira.

Outro aspecto importante: eu estive em Sobradinho, no final de semana, para ver a reforma de várias quadras de esportes e o Teatro de Sobradinho, feito em 1985, Deputada Arlete Sampaio. Vocês precisam conhecer o Teatro de Sobradinho, recuperado com verbas de emendas parlamentares de gabinete. É um teatro onde qualquer artista pode se apresentar, nacional ou internacional, que não deixa nada a desejar. Vimos também a recuperação do ginásio.

Agora, é muito importante, Deputado João Cardoso, você andar, com sua visão da realidade, naqueles acampamentos que ficam à margem da BR-020: pessoas morando, Deputado Prof. Reginaldo Veras, em barracas de lonas pretas, com filhos pequenos. Você andar com a visão realista é muito difícil, é muito sofrimento, muita decepção; uma sensação, às vezes, de impotência, porque você não consegue resolver essas questões.

Só tendo a visão realista e a visão da fé de que, você trabalhando e tendo fé em Deus, você possa vir a resolver aquelas questões; só caminhando com a visão da fé nesses problemas de desigualdade social que há em Brasília é que você se motiva, que você cria coragem de acreditar que pode resolver. Porque só caminhar na visão realista do dia a dia é muita decepção, é muito sofrimento, deixa uma mágoa muito pesada, e, se você não tiver a visão da fé para caminhar junto, ver a realidade de crianças, com todo esse frio de Brasília...

Eu estive com o Instituto Barba na Rua distribuindo cobertores e cestas básicas, mas a questão assistencialista é imediatista, não resolve os problemas – os problemas estruturais. A oportunidade que se tem que dar a essas pessoas é de moradia e dignidade. Muito próximo a isso tudo, há um condomínio extremamente organizado, com casas até luxuosas, e, do outro lado da pista, a menos de 300 metros, você tem um acampamento só de barraca de lona, com crianças e pessoas que moram em estado crítico, sem perspectiva, no total abandono.

Então, só com a visão da fé é que você pode caminhar dentro de uma realidade totalmente diferente. Brasília precisa criar mecanismo, trazer um cinturão de empresas sustentáveis, não poluentes, para gerar emprego e renda nesta cidade.

Nós somos o terceiro maior mercado consumidor do Brasil, só perdemos para São Paulo e Rio de Janeiro, mas nós não fabricamos nada aqui. Tudo que nós consumimos em Brasília é fabricado em outro lugar, gera emprego e renda em outro lugar. Quando você vai a um supermercado, tudo que você compra, de um sabonete a um pacote de macarrão, tudo vem de outros estados, Deputada Arlete Sampaio, nada é feito em Brasília. Nós precisamos criar, nesta cidade, uma política de incentivo para trazer as empresas, Deputado Leandro Grass, sustentáveis, não poluentes, para gerar emprego e renda. Tudo que nós consumimos aqui vem de fora. A gente não gera emprego em Brasília.

E mais grave ainda é o desemprego na faixa de 18 a 24 anos, que é de quase 24% da população.

(Soa a campainha.)

DEPUTADO AGACIEL MAIA (Bloco Força do Trabalho. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Só para concluir, Sr. Presidente.

Portanto, deixo esse alerta ao governador. Hoje, tivemos a primeira audiência pública da LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias, e há uma previsão de 53 bilhões de reais; praticamente 20% do PIB desta cidade é o orçamento de Brasília. Que se crie uma política de emprego, trazendo indústrias que produzam em Brasília o que Brasília consome.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Obrigado, Deputado Agaciel Maia.

Dando continuidade aos Comunicados de Líderes, concedo a palavra ao Deputado Martins Machado. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Valdelino Barcelos. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Hermeto. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Fábio Felix. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Júlia Lucy. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Arlete Sampaio.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (Minoria. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Boa tarde a todos; boa tarde a todas; boa tarde, Sr. Presidente da nossa sessão, nosso companheiro Deputado Prof. Reginaldo Veras.

Eu queria me referir aqui a dois fatos. Ontem nós tivemos a instalação, aqui na Câmara Legislativa, do Painel das Parlamentares, dando início à comemoração da Semana Legislativa pela Mulher na Câmara Legislativa. E a gente pôde constatar uma situação extremamente triste da sub-representação das mulheres, historicamente, nesta Casa Legislativa.

Na primeira legislatura foram eleitas três mulheres constituintes, que fizeram aqui um trabalho extremamente importante na construção da nossa Lei Orgânica do Distrito Federal, que é a nossa Constituição. E, agora, nesta legislatura, nós temos também três mulheres. Nós já tivemos ocasiões em que quatro, cinco mulheres se fizeram representar nesta Casa. Mas é algo que não está se demonstrando como uma tendência – o crescimento da participação feminina no Parlamento do Distrito Federal.

Isso é um fato muito lamentável. Nós somos 52% da população. E temos que entender as razões por que essa sub-representação é tão importante. Por que nós não temos aqui, pelo menos, a paridade entre homens e mulheres? De 24 Deputados, 12 mulheres e 12 homens? Isso não acontece, muito pelo contrário.

Então, é um apelo que eu faço a todas as pessoas, sobretudo às mulheres que estão assistindo à nossa fala, que estão ouvindo a nossa fala: que se estimulem a ter uma participação política, se estimulem a participar de diversas entidades, desde os conselhos de saúde, os conselhos regionais, até associações comunitárias, sindicatos, partidos políticos. E também, a partir da sua participação em partidos políticos, que se candidatem, que se apresentem para representar o povo e as mulheres do Distrito Federal.

É muito importante que possamos superar essa condição histórica que temos no Brasil, de um País baseado no patriarcado, no patrimonialismo, no machismo, que é predominante.

É muito importante que a gente tenha as condições de reverter essa situação, a começar das escolas, a começar da educação que cada uma das mulheres dá aos seus filhos. Porque, em geral, essa educação reproduz o padrão machista: "Meninos, podem brincar! Meninas, me ajudem aqui nas tarefas domésticas!" Aí vamos assim, reproduzindo para os filhos aquilo que nós aprendemos dos nossos pais e reproduzindo, portanto, essa discriminação às mulheres.

Então, é preciso que nós expulsemos de dentro de nós o machismo que ainda há dentro das próprias mulheres para que nós tenhamos condição de educar nossos filhos, nossos parentes numa dimensão diferente, de respeito à mulher, de defesa da igualdade de direitos entre homens e mulheres e, sobretudo, de combate urgente à violência que se pratica contra a mulher, que se expressa de maneira letal no feminicídio.

A segunda questão que eu gostaria de falar é que, na segunda-feira, nós fizemos aqui neste plenário a instalação da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da População em Situação de Rua. Foi uma audiência pública muito bonita. Estiveram aqui representados diversos setores das pessoas que vivem em situação de rua no Distrito Federal, inclusive, o movimento local das pessoas em situação de rua, o movimento nacional, a Secretaria de Educação, a SEDES – Secretaria de Desenvolvimento Social, o DF Legal.

Houve um apelo enorme por parte das pessoas em situação de rua para que o DF Legal tenha um tratamento humanizado com essas pessoas porque o que acontece, Presidente, é que eles estão simplesmente combatendo a população de rua, tirando-a da rua, pegando seus pertences e levando para qualquer lugar. Não há nenhum respeito à condição dessas pessoas.

Em 2011, quando eu era Secretária da SEDEST – Secretaria de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda, a Universidade de Brasília fez uma pesquisa para demonstrar o que leva as pessoas a estarem na rua. Não é verdade que todas as pessoas que estão na rua são drogaditas ou que todas as pessoas que estão na rua são, digamos assim, pessoas nocivas à sociedade. Pelo contrário, a grande maioria são pessoas muito pobres, que perderam o emprego, que não têm como pagar o aluguel. Muitas vezes são pessoas que vivem da catação de material reciclável, que passam a semana em acampamentos aqui no Plano Piloto e, no fim de semana, vão para suas casas. Elas têm casas, mas têm que sobreviver. E essa separação, essa distinção não é feita.

No ano passado, nós fizemos uma emenda parlamentar para a CODEPLAN – Companhia de Planejamento do Distrito Federal fazer novamente uma pesquisa sobre as pessoas em situação de rua. Com ela, nós vamos poder ver claramente o quanto cresceu o número de pessoas que hoje vivem na rua, porque aumentou o desemprego, a pobreza, a extrema pobreza, e as pessoas estão vivendo na rua.

São pessoas, muitas vezes, que têm problema de saúde mental, que tiveram desavenças familiares, por isso estão na rua, e têm que ser tratadas de maneira distinta. Essa pesquisa vai mostrar para a gente o perfil da população de rua aqui do Distrito Federal, e, a partir daí, poderão ser traçadas políticas públicas adequadas.

Uma das reivindicações das pessoas em situação de rua, primeiro, foi que o DF Legal pare de ser truculento com elas. Segundo, que a Sedes trabalhe junto com a Secretaria de Saúde. O primeiro consultório de rua foi criado em 2011 quando eu era secretária. O primeiro CENTRO POP – Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua foi construído na nossa gestão.

Então, é preciso tratar essas pessoas como seres humanos que precisam de assistência, de acolhimento e não de polícia batendo nelas. É isso o que precisa ser feito aqui no nosso Distrito Federal, que deveria ser um território civilizado, um território humanizado, um território de respeito a todas as pessoas independentemente de sua condição.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Concedo a palavra ao Deputado Leandro Grass.

DEPUTADO LEANDRO GRASS (Bloco Sustentabilidade e Educação. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, Presidente, boa tarde a todas e a todos. Eu estava observando aqui no

plenário uma coisa interessante, Deputado Prof. Reginaldo Veras. Nós estamos sempre aqui, nunca faltamos ou raramente faltamos, ou, por outras razões, não conseguimos chegar no horário. Eu estava observando que há sempre três Deputados aqui que chegam no horário e sempre estão aqui. São justamente os nossos Deputados mais experientes: a Deputada Arlete Sampaio, o Deputado Chico Vigilante e o Deputado Valdelino Barcelos. Eu queria fazer essa saudação, esse registro. Nós, mais jovens, temos que aprender muito com S.Exas. também em relação a essa disciplina e ao compromisso com as suas responsabilidades. Eu queria só fazer esse registro porque eu estava pensando sobre isso ali, olhando para S.Exas.

Presidente, V.Exa. também é professor e também tem se esforçado muito para garantir os recursos da educação. Eu quero lembrar uma coisa aqui muito importante. É sempre bom lembrar quando a educação é atacada, para que aqueles que a atacam sejam lembrados pelo povo.

Este ano, no primeiro semestre, nós tivemos uma redução de 10 milhões de reais na verba do PDAF. Algumas escolas tiveram uma redução de quase 60% do valor que recebiam no semestre. É importante dizer que esse é o recurso que sustenta a escola, que a mantém funcionando. Dez milhões a menos neste semestre. No Ministério da Educação, neste momento, nós assistimos também a um bloqueio dos recursos da educação.

Em ano eleitoral, o Presidente da República, sabendo que a universidade pública brasileira é esse celeiro do pensamento crítico e da resistência democrática, faz justamente o ataque à ciência, aos professores e aos alunos das universidades. De forma específica, eu quero citar a situação dramática, como disse hoje a nossa querida reitora Márcia, em uma entrevista, que a Universidade de Brasília já começa a enfrentar em razão desse bloqueio de recursos que o inominável fascista decidiu implementar.

Quando nós falamos que Ibaneis é Bolsonaro, e Bolsonaro é Ibaneis, é justamente nessas questões que nós encontramos a semelhança entre eles. Corta-se recurso da educação pública aqui, corta-se recurso do PDAF, e lá em cima o inominável corta recursos da universidade pública. São a mesma moeda. Bolsonaro é Ibaneis, e Ibaneis é Bolsonaro, porque ambos atacam a educação pública.

Hoje pela manhã, estive na assembleia dos professores, que há muito e muito tempo aguardam de fato por um governo que os valorize, aguardam por um governo que leve a educação a sério. Eles estão batalhando por uma valorização pequena, quando comparada às benesses que o próprio governador deu a outras carreiras, a outros grupos e a grupos também empresariais, como é o caso das empresas de ônibus. Agora, para os professores, nada! Para os professores, indiferença, negligência e abandono. Para a educação, incompetência e também corrupção. Não é só na saúde que o governo Ibaneis é corrupto.

Hoje saiu a decisão de uma representação que eu encaminhei ao Ministério Público de Contas e, posteriormente, ao Tribunal de Contas para que fosse apurado o que foi feito com os recursos do PDAF, nesse caso especificamente, com os recursos do PDAF para a Regional do Plano Piloto. Isso inclusive foi objeto de uma operação da Polícia Civil. O Conselheiro Renato Rainha acolheu a nossa representação, reconheceu-a, e será feita uma inspeção na Secretaria de Educação para descobrirmos o que foi feito com os milhões de reais destinados para as escolas, e que, infelizmente, não chegaram a elas, embora nós, Deputados, tivéssemos destinado esses recursos.

Situações parecidas estão acontecendo em outras regionais de ensino. Já falamos disso aqui. O recurso é encaminhado, mas ele não chega à escola, porque, por alguma razão, a Coordenação Regional de Ensino realoca esse dinheiro.

Eu quero chamar a atenção de todos e todas aqui para uma outra situação que também tem a ver com o orçamento público, que também tem a ver com o dinheiro público. A Secretaria de Economia tem que cumprir prazo no momento em que a Secretaria de Relações Parlamentares desbloqueia os recursos de emenda. Infelizmente, ela não está cumprindo os prazos de transferência do recurso para as secretarias que vão executá-los.

(Soa a campainha.)

DEPUTADO LEANDRO GRASS (Bloco Sustentabilidade e Educação. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Peço mais um minuto, Presidente.

Também encaminhamos isso ao Tribunal de Contas.

Nós temos milhões e milhões de reais da cultura, do esporte e da educação neste momento parados na Secretaria de Economia do Distrito Federal. Eu gostaria que o Secretário de Economia desse explicações a esta Casa. Não a mim, porque não são apenas recursos de emenda destinados pelo nosso mandato, mas por outros mandatos. O que está acontecendo na Secretaria de Economia para que esses recursos não estejam sendo encaminhados para as outras secretarias, as que vão executá-los?

Nós temos projetos, como eu falei, de diferentes pastas. Secretário de Economia, o dinheiro público não é de V.Exa. Secretário de Economia, o dinheiro público não é da Secretaria de Economia, é do povo do Distrito Federal. Quando nós destinamos, é para atender o povo, a população, os estudantes, os projetos, especialmente nas áreas em que o Governo do Distrito Federal não existe, aonde não chegou ou não quis chegar, como em comunidades carentes, que não têm sequer um projeto de cultura, de esportes, de profissionalização. É para lá que estamos mandando dinheiro, para essas pessoas.

Eu faço aqui essa cobrança, desta tribuna, pedindo um esclarecimento. O dinheiro não é da Secretaria de Economia, o dinheiro é do povo, então trate de repassar os recursos para as secretarias para que elas possam executar os projetos e as ações, porque foi para lá que a gente destinou. Não foi para a Secretaria de Economia.

Digo isso, mais uma vez, porque não é apenas algo que está acontecendo com o meu mandato. Eu sei que outros Deputados estão passando pela mesma situação. É importante que a gente tenha um governo que leve o orçamento público a sério, que encare o dinheiro público com responsabilidade, que execute o orçamento público onde realmente precisa e que respeite a Câmara Legislativa. Isso é o mínimo que deve ser respeitado e cumprido numa democracia, numa república. Os poderes precisam cada um cumprir com a sua função, respeitar um ao outro, sua independência, sua autonomia, e não querer, de certa forma, controlar, assediar e impor qualquer tipo de situação, passando até mesmo por cima da lei.

Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao Deputado Valdelino Barcelos. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Delegado Fernando Fernandes.

DEPUTADO DELEGADO FERNANDO FERNANDES (PROS. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, demais colegas, na madrugada de ontem, estivemos lá na Feira do Produtor de Ceilândia, muito conhecida aqui pelos colegas Deputado Chico Vigilante e Deputado Prof. Reginaldo Veras, onde, Presidente, lamentavelmente, constatamos uma reclamação dos comerciantes, os feirantes lá da pedra, que começam a trabalhar e a vender suas mercadorias a partir das 4h da manhã. Parecia a feira da coruja, do morcego ou da vela, das 4h até às 5h da manhã, estava tudo escuro, e os comerciantes fazendo vendas de mercadorias à base de luz de velas, lanterna de celular e outras lanternas improvisadas.

Chamou muito a atenção, e eu, que fui Administrador de Ceilândia, faço aqui o mea-culpa. Eu não tinha conhecimento daquela situação. Tomei conhecimento na madrugada de ontem e faço um apelo aqui à associação dos feirantes da Feira do Produtor de Ceilândia para que possamos nos sentar e discutir uma forma de resolver aquela situação, pois não podemos permitir que, em pleno século XXI, feirantes, em uma estrutura boa, igual à que nós temos na Feira do Produtor, trabalhem na escuridão, colocando em risco o seu patrimônio, até sua vida, porque há várias denúncias de tráfico de drogas, furtos, roubos, tentativas de homicídio, naquela escuridão, e até de estupro.

É uma área muito grande, e, por essa razão, eu faço um apelo novamente ao nosso amigo Vilson, que foi Administrador de Ceilândia, para que as partes possam se sentar – os feirantes, os donos de boxes e também o pessoal que trabalha nas pedras, como V.Exas. conhecem bem, Deputado Prof. Reginaldo Veras e Deputado Chico Vigilante, para que as luzes possam ser acesas um pouco mais cedo. Às 3h30 eu estive lá na escuridão e fiquei perplexo com aquela cena inusitada de

as pessoas negociando mercadorias, mexendo com dinheiro à base de luz de aparelho de telefone e até de velas.

Desejo uma boa tarde a todos. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Concedo a palavra ao nobre Deputado João Cardoso.

DEPUTADO JOÃO CARDOSO (AVANTE. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, Sr. Presidente. Cumprimento as nossas Deputadas e os nossos Deputados aqui presentes, a assessoria e o pessoal da imprensa.

Hoje, dia 1º de junho, eu vim aqui, Sr. Presidente, anunciar para a nossa carreira que eu estive hoje com o SINDAFIS – Sindicato dos Auditores de Atividades Urbanas do Distrito Federal, que é o sindicato da minha carreira de auditor fiscal de atividades urbanas, e nós tratamos de vários assuntos de todas as especialidades: de auditor de transporte, obras, atividades econômicas, meio ambiente, vigilância sanitária e também dos inspetores fiscais do DF Legal.

Nós estamos trabalhando a questão do FUNDAFAU – Fundo de Modernização, Manutenção e Reaparelhamento dos Órgãos de Auditoria de Atividades Urbanas e de Fiscalização e Inspeção de Atividades Urbanas, que vai aparelhar a fiscalização como um todo aqui no DF, e isso é muito importante para o trabalho que é realizado pelos auditores fiscais de atividades urbanas e inspetores, também. Foram eles que também estiveram à frente, durante todo o tempo – e o Deputado Valdelino Barcelos é testemunha disso, também, porque está sempre lá presente na nossa carreira –, durante esse momento da pandemia, logo no início. Estiveram nas ruas, fiscalizando o cumprimento do uso de máscaras e outras situações.

Nós vamos fazer uma peregrinação – o Deputado Valdelino Barcelos já se comprometeu, juntamente com o Sindafis, com a carreira, e eu também – e fazer com que esse Fundafau possa ser implementado pelo Governo do Distrito Federal e pelas secretarias em que essas especialidades estão.

Fico muito contente de saber que nós podemos contar com os mandatos aqui da Câmara, tenho certeza de que vários Deputados aqui poderão ajudar naquilo que for necessário para que a fiscalização seja reaparelhada e que possa ter mais eficiência.

Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Questiono se mais algum Parlamentar gostaria de fazer uso da palavra. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Fábio Felix.

DEPUTADO FÁBIO FELIX (PSOL. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria só aproveitar – Deputada Arlete Sampaio, Deputado Chico Vigilante, quem nos escuta pela *TV Câmara Distrital*, Deputado Leandro Grass, Deputado Prof. Reginaldo Veras –, que hoje é o dia 1º de junho, a gente está começando o mês seis, que, para quem não sabe, é o mês do Orgulho LGBTQIA+ – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis, Transgêneros, *Queer*, Intersexuais, Assexuais e Mais.

É um mês importante para nós porque o orgulho é comemorado a partir de uma luta importante que houve, há mais de cinquenta anos, que é a Revolta de Stonewall. Foi uma revolta que aconteceu nos Estados Unidos e enfrentou a violência contra a população LGBTQIA+, e não só a violência, mas também o silenciamento dessa população, que não podia expressar o seu afeto no espaço público, que não podia viver a sua sexualidade, a sua identidade, o seu afeto, que não tinha direitos garantidos, nem a sua dignidade respeitada.

Então, o mês de junho é um mês muito importante para nós porque é um mês de luta e um mês de celebração em defesa dos nossos direitos e da garantia dos nossos direitos, do ponto de vista concreto, na legislação brasileira.

Eu queria vir a esta tribuna hoje para celebrar o início deste mês, dizer que este mês é um marco fundamental de uma luta que nós vamos fazer no ano de 2022, que é a eleição de muitos Parlamentares LGBTQs neste ano. Se há gente incomodada com a população LGBTQ nos espaços de poder até aqui, podem ter certeza, anatem aí: vai haver muito mais na próxima legislatura. E vai

haver muito mais no Brasil inteiro, vai haver transexuais, travestis, lésbicas, gays, bissexuais no Congresso Nacional. Temos um senador hoje, teremos mais senadores e senadoras. Teremos mais congressistas no Brasil, teremos mais deputados e deputadas estaduais, porque a nossa representatividade está crescendo.

Deputado Prof. Reginaldo Veras, no passado, LGBT não dava voto, agora dá voto. Dá voto porque há uma consciência social da necessária representatividade de todas e todos nós nos espaços de poder. E nós vamos chegar, em 2023, ainda mais fortes. Pode não ser eu aqui, podem ser outros, mas teremos muitos e muitas, e espero que eu também, nestes espaços, para fazermos o bom combate do respeito aos direitos humanos e uma representatividade ampla de toda a sociedade.

Eu já falei isto mil vezes: quando eu cheguei aqui, muita gente achava que eu ia falar só sobre a pauta LGBT. Nós falamos sobre todas as pautas, porque conseguimos representar toda a sociedade, defendendo uma boa política de mobilidade urbana, fiscalizando a saúde pública, discutindo e questionando, muitas vezes, os princípios e fundamentos da política de segurança pública, fiscalizando e defendendo a ampliação da política de educação, que é o nosso papel na sociedade. E nós ainda vamos ampliar a nossa capacidade de fazer o debate público.

Então, inauguramos, hoje, um mês que, para nós, é fundamental, é o mês do orgulho LGBT. E eu tenho muito orgulho de ocupar o Gabinete 24 da Câmara Legislativa do Distrito Federal, gabinete talvez rejeitado por alguns, mas por nós muito bem ocupado. Tenho orgulho de trabalhar ao lado de diversos LGBTs que fazem a diferença na Câmara Legislativa do DF.

Podem ter certeza de que, no ano de 2022, o nosso orgulho vai se transformar em voto e na eleição de centenas de LGBTs pelo Brasil. Nós vamos fazer a diferença no Legislativo, e esperem que, muito em breve, também no Executivo.

Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Obrigado, Deputado Fábio Felix.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Chico Vigilante. V.Exa. pode falar por vinte minutos. Mentira, só cinco.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – O nosso Presidente hoje está mais piadista do que animador de quadrilha, mas é de quadrilha de São João que eu estou falando. (Risos.)

Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, a segunda-feira passada eu tirei para visitar escolas da região rural de Planaltina. Nós viajamos 300 quilômetros desde a Ceilândia visitando toda a região rural de Planaltina.

Dá gosto de ver o trabalho feito por esses diretores e diretoras de escolas daquela região. São pessoas que, realmente, dedicam a vida a fazer a transformação das escolas. Eu liberei recursos, e foram construídas desde coberturas de quadras até guaritas para os vigilantes ficarem mais abrigados, além de salas para os trabalhadores terceirizados.

Nós vemos a importância fundamental da gestão democrática nas escolas. E é por isso que estamos aqui a cobrar que o Governo do Distrito Federal encaminhe, ainda neste primeiro semestre, o projeto de alteração da lei da gestão democrática das escolas fixando a data das eleições deste ano e o direito dos atuais diretores e diretoras de disputar as eleições. Eu acho que a comunidade escolar é que tem que decidir, democraticamente, se aquela diretora ou se aquele diretor pode continuar fazendo o trabalho que é feito nas escolas.

Eu também acho que é fundamental – e eu vou lutar por isso aqui na Câmara – que o governo libere mais recurso do PDAF, porque, com o aumento do preço do gás e de outros insumos que são consumidos nas escolas, o PDAF mal está dando para comprar o gás em algumas escolas.

Eu vi escola, Deputado Valdelino Barcelos, inclusive uma para a qual V.Exa. também liberou recurso, lá no Rio Preto. Eu estive lá. Eu liberei recurso, e V.Exa. liberou também. Essa escola recebe 7 mil de PDAF, Deputada Arlete Sampaio; uma etapa, Deputado Prof. Reginaldo Veras, de 7 mil. O que dá 7 mil reais para uma escola? Não está dando mais nem para comprar o gás.

É importante, até porque eu tenho dito que a única ponta do Estado que existe ali é a escola. Não há mais nada do Estado a não ser aquela escola.

Outra coisa fundamental é chegar aquele projeto do tempo da Presidente Dilma, chamado Caminho da Escola, que era para fazer o asfaltamento das vias que ligam às escolas. É preciso que o Governo do Distrito Federal o faça. É fácil fazer um viaduto ali no Recanto das Emas – e eu não estou dizendo que o viaduto não é importante –, mas faz-se porque todo mundo vê o viaduto. Agora, o asfalto da escolinha lá do Rio Preto só vê quem vai lá. O asfalto para a escola do Bonsucesso, que fica já na divisa de Planaltina de Goiás, Deputada Arlete Sampaio, só vê quem vai à escola. Está lá o barro, a poeira.

Eu também vi a preocupação, Deputada Arlete, daquela comunidade da escola com um tema que V.Exa. levantou aqui nesta Casa: está sendo subtraído um pedaço da divisa do Distrito Federal, e o município de Planaltina de Goiás quer ocupar esse pedaço exatamente para fazer condomínios em área de preservação ambiental.

É preciso que o Governo do Distrito Federal se posicione no sentido de a gente garantir a divisa, recuperar o terreno que estão subtraindo do Distrito Federal. Não é bom o que estão fazendo. Não é positivo para a nossa população. Portanto, a gente precisa pegar aquele terreno de volta.

Quero parabenizar os diretores e as diretoras de escolas pelo excelente trabalho que eles fazem com as emendas parlamentares que a gente libera.

Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Obrigado, Deputado Chico Vigilante.

Só quero informar que, em razão da aprovação do Requerimento nº 3.326/2022, de autoria do Deputado Chico Vigilante Lula da Silva, a sessão ordinária de quinta-feira, dia 2 de junho de 2022, será transformada em comissão geral para debater os danos causados pelas chuvas em Vicente Pires, bem como os prejuízos gerados aos moradores da região.

Eu sei que, regimentalmente, o Presidente não pode fazer uso da palavra, mas eu vou me permitir fazer uso dela.

Ontem, em meu discurso, fiz uma crítica severa ao IGESDF – Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal. Na ocasião, eu disse que ele fora criado pelo Governador Rodrigo Rollemberg.

Então, só para a gente botar em panos limpos, porque ele pediu que eu falasse isto, e eu acho justo: de fato, o Iges não foi criado pelo Governador Rodrigo Rollemberg. Lá na gestão dele, foi criado o Instituto Hospital de Base, o que, na prática, não muda muito. Depois, no Governo Ibaneis, ele foi estendido, foi ampliado, e o Instituto Hospital de Base se transformou no Instituto de Gestão Estratégica de Saúde, que é esse antro de corrupção.

Ressalto que fui contra no Governo Ibaneis, fui contra no Governo Rollemberg e que, se o meu pré-candidato a Governador do Distrito Federal for eleito, Deputado Leandro Grass, que está aqui do meu lado, certamente uma das propostas desse novo governo será a extinção desse instituto.

Então, fica aqui o registro, a pedido do nobre Governador Rodrigo Rollemberg.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA (PT. Sem revisão do orador.) – Pela questão do pedido do Rollemberg, Deputado Prof. Reginaldo Veras, dá para subentender aqui que ele está com vergonha do filho que ele gestou. O pai é ele. O monstrengo cresceu e está mais deformado, mas quem pariu Mateus que o embale. Foi ele que pariu esse monstrengo. Está aí agora o resultado, difícil de ser alterado.

Tenho notícias da direção que está no Iges. Torço para que aquelas duas senhoras, que são competentes... Hoje, na direção do Iges, está a Dra. Mariela, Deputada Arlete, e, na vice-direção, está a Dra. Lucilene, lá da Ceilândia, uma pessoa extremamente competente. Lamento profundamente aquela paraibana ter saído lá da Ceilândia e ter ido para o Iges. Ela é uma pessoa corretíssima, fez um trabalho espetacular na nossa Ceilândia. Agora a trouxeram. Ontem eu até conversava com ela por telefone e dizia: "Dra. Lucilene, acho que a senhora não tem muito juízo, não, porque topar assumir um monstrengo desse..."

Portanto, acho que elas vão mudar a realidade daquilo ali, porque é como eu dizia aqui antes, falei mais de uma vez: as matérias que a gente vê hoje mostram que aquilo realmente virou um antro de corrupção na época da gestão do Sr. Francisco – as matérias que a *Globo* mostrou hoje sobre os desvios de recursos que fizeram, sobre a contratação que fizeram de prédios indevidamente, simplesmente porque o cara é amigo do governador. Aí tome dinheiro público em cima daquilo!

É por isso que a gente tem a obrigação de instalar a CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito do Iges. E, se a gente não instalar neste ano, espero que instale no próximo ano. Rogo a Deus que eu esteja aqui, porque vamos insistir nessa CPI e certamente vamos fazê-la.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Obrigado, Deputado Chico Vigilante.

Pergunto se mais algum Parlamentar gostaria de fazer uso da palavra. (Pausa.)

Observa-se que não há *quorum* suficiente para darmos continuidade aos trabalhos, com a presença do Deputado Fábio Felix, da Deputada Arlete Sampaio, do Deputado Chico Vigilante, do Deputado Valdelino Barcelos, do Deputado Hermeto, do Deputado Leandro Grass e do Deputado Prof. Reginaldo Veras.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 16h21min.)



Documento assinado eletronicamente por **ADOLFO CARDOSO JUNIOR - Matr. 12872, Técnico Legislativo**, em 03/06/2022, às 10:19, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente nº 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 214, de 14 de outubro de 2019.



Documento assinado eletronicamente por **TATIANA DE AMORIM PACHECO - Matr. 16872, Consultor(a) Técnico - Legislativo**, em 03/06/2022, às 12:41, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente nº 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 214, de 14 de outubro de 2019.



Documento assinado eletronicamente por **MIRIAM DE JESUS LOPES Matr - 13516, Chefe do Setor de Taquigrafia**, em 03/06/2022, às 15:15, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente nº 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 214, de 14 de outubro de 2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:

http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Código Verificador: **0810733** Código CRC: **F799DB03**.

Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, Piso Inferior 1, Sala TI-3 – CEP 70094-902 – Brasília-DF – Telefone: (61)3348-9241
www.cl.df.gov.br - setaq@cl.df.gov.br